



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE ADMINISTRAÇÃO E
CONTABILIDADE
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO DE
EMPRESAS

ALEXANDRE NÓBREGA PEREIRA DE FARIAS

UM ESTUDO SOBRE O PROJETO DE CRIAÇÃO E
IMPLANTAÇÃO DE UMA FÁBRICA DE DOCES E
BALAS A PARTIR DO LEITE CAPRINO: O CASO DA
CAPRIDOCE

CAMPINA GRANDE – PB

2009

ALEXANDRE NÓBREGA PEREIRA DE FARIAS

**UM ESTUDO SOBRE O PROJETO DE CRIAÇÃO E
IMPLANTAÇÃO DE UMA FÁBRICA DE DOCES E
BALAS A PARTIR DO LEITE CAPRINO: O CASO DA
CAPRIDOCE**

Relatório de Estágio Supervisionado apresentado ao Curso de Bacharelado em Administração de Empresas da Universidade Federal de Campina Grande, em cumprimento parcial das exigências para obtenção de título de bacharel em Administração de Empresas.

Orientadora: Prof^ª. Ms.Maria Aldano de França

**CAMPINA GRANDE-PB
2009**

ALEXANDRE NÓBREGA PEREIRA DE FARIAS

**UM ESTUDO SOBRE O PROJETO DE CRIAÇÃO E
IMPLANTAÇÃO DE UMA FÁBRICA DE DOCES E
BALAS A PARTIR DO LEITE CAPRINO: O CASO DA
CAPRIDOCE**

Aprovação em 20 de Agosto de 2009

Orientadora: Prof^a. Ms. Maria Aldano de França

Examinador: Prof. Ms. Wilson Roberto da Silva

Examinador: Prof^a. Dra. Sídia Fonseca Almeida

**CAMPINA GRANDE-PB
2009**

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo seu amor incondicional, pela sua fidelidade e pelo seu cuidado com a minha vida. A Ele seja dada toda honra e glória.

A minha esposa Chaym Sheylly Lima da Costa Sapucay, pelo seu companheirismo, amor e compreensão. Amo você.

Aos meus pais, Francisco de Sales Pereira de Farias e Violeta de Lourdes Nóbrega Farias e as minhas irmãs Marília Nóbrega Pereira de Farias, Mariana Nóbrega Pereira de Farias e Melânia Nóbrega Pereira de Farias por estarem sempre comigo nas horas difíceis e nos momentos felizes da minha vida. Amo vocês.

A minha orientadora Professora Mestre Maria Aldano de França, pela disponibilidade, incentivo ao meu trabalho, sempre transmitindo seu vasto conhecimento, os quais serviram como grande estímulo. Muito Obrigado.

Ao Professor Wilson Roberto da Silva e a professora Sídia Fonseca de Almeida, por aceitarem fazer parte da minha banca examinadora. Muito Obrigado.

Finalmente, a todos que de forma direta ou indireta, colaboraram e me incentivaram na conquista de mais uma vitória.

FARIAS, ALEXANDRE NÓBREGA PEREIRA DE. **Um estudo sobre o projeto de criação e implantação de uma fábrica de doces e balas a partir do leite caprino: O caso da CAPRIDOCE.** 87f. Estudo de caso (Bacharelado em Administração). Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2009.

RESUMO

O presente estudo se propõe a diagnosticar os entraves que ocorreram na criação e implantação do projeto de uma fábrica de doces e balas a partir do leite caprino: O caso da CAPRIDOCE, a ser administrada pela COPEAGRO - Cooperativa Agropecuária de Cabaceiras e Municípios Circunvizinhos, que será implantada neste município. O interesse neste estudo partiu da curiosidade de levantar as informações desde a sua criação, observando os passos e compreender os problemas ocorridos nesta trajetória, que tem impedido a sua implantação até o presente, mesmo tendo iniciado desde o ano de 2005. Dessa forma, visa também encontrar possíveis soluções. Para tanto, foi realizado, inicialmente, um levantamento bibliográfico de caráter descritivo, exploratório e aplicado utilizando-se de análise documental extraídas do Projeto e sondagem informal com a equipe: o Coordenador do Projeto e os cooperados. A presente pesquisa encontrou como causa fundamental o atraso da entrega das obras preliminares pela Prefeitura local, quebrando assim o compromisso assumido anteriormente perante o Projeto, e desta forma comprometendo todo o cronograma previsto para a conclusão da obra.

PALAVRAS-CHAVE: Empreendedorismo rural. Capridoce. Cooperativismo.

FARIAS, ALEXANDRE NÓBREGA PEREIRA DE. **A study on the creation project and implantation of a plant of candies and bullets from goat milk: The case of the CAPRIDOCE.** 87f. Study of case (Bacharelado in Administration). Federal University of Great Campina, Paraíba, 2009.

ABSTRACT

The present study if it considers to diagnosis the impediments that had occurred in the creation and implantation of the project of a plant of candies and bullets from goat milk: The case of the CAPRIDOCE, to be managed by the COPEAGRO - Cooperative Farming of Cabaceiras and Surrounding Cities, that will be implanted in this city. The interest in this study left of the curiosity of raising the information since its creation, observing the steps and understanding the problems occurred in this trajectory, that has soldier on barrack duty its implantation until the gift, exactly having initiated since the year of 2005. Of this form, it also aims at to find possible solutions. For in such a way, it was carried through, initially, a bibliographical survey of character descriptive, exploratório and applied using itself of documentary analysis extracted of the Project and informal sounding with the team: the Coordinator of the Project and the cooperated ones. The present research found as basic cause the delay of the delivery of the preliminary workmanships for the local City hall, thus breaking the commitment assumed previously before the Project, and in such a way compromising all the cronograma foreseen for the conclusion of the workmanship.

Words Keys: Agricultural Empreendedorismo. Capridoce. Cooperativismo.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO DA CIDADE.....	50
--	-----------

LISTA DE QUADROS

**QUADRO 1 - DIFERENÇAS ENTRE SOCIEDADES COOPERATIVAS E
OUTRAS EMPRESAS.....33**

**QUADRO 2 - FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS –
FAP/FINEP/MDS.....37**

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – ORÇAMENTO DO PROJETO FINEP/2004.....	48
--	-----------

LISTA DE ABREVIATURAS

FINEP – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FUNAPE – Fundação de Apoio a Pesquisa e a Extensão

ICTs – Instituições Científicas e Tecnológicas

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

NUPPA – Núcleo de Pesquisa e Processamento de Alimentos

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SEBRAE – Serviço de Apoio a Micro e Pequenas Empresas

SICTCT – Secretaria da Indústria, Comércio, Turismo, Ciência e Tecnologia

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	16
2.1. ADMINISTRAÇÃO.....	16
2.2. EMPREENDEDORISMO.....	18
2.3. COOPERATIVISMO.....	22
2.3.1. HISTÓRIA DO COOPERATIVISMO.....	22
2.3.1.1. COOPERATIVISMO NO BRASIL.....	26
2.3.1.2. COOPERATIVISMO NO NORDESTE.....	28
2.4. CLASSIFICAÇÃO DAS COOPERATIVAS.....	30
2.5. RAMOS DO COOPERATIVISMO.....	30
2.6. CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA.....	31
2.7. DIFERENÇAS ENTRE SOCIEDADES COOPERATIVAS E OUTRAS EMPRESAS.....	32
CAPÍTULO 3 – ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	36
3.1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	36
3.1.1. TIPO E NATUREZA DO ESTUDO.....	36
3.1.2. CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO.....	36
3.1.3. INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	36
3.1.4. TRATAMENTO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	37
3.1.4.1. PRINCIPAIS DADOS EXTRAÍDOS DO PROJETO FINEP/2004.....	37
3.1.4.2. TÍTULO DO PROJETO: ADEQUAÇÃO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO DO LEITE CAPRINO NA FABRICAÇÃO DE DOCES E BALAS EM COMUNIDADES ATENDIDAS PELO PRONAF E ASSENTAMENTOS CAPRIDOCE.....	37

3.1.4.3. FORMULÁRIO PARA A PRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS – FAP/FINEP/MDS.....	37
3.1.5. CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA.....	38
3.1.5.1. DADOS INSTITUCIONAIS.....	38
3.1.5.2. ANTECEDENTES.....	38
3.1.5.2.1. UFPB – Universidade Federal da Paraíba.....	38
3.1.5.2.2. SICTCT – Secretaria da Indústria, Comércio, Turismo, Ciência e Tecnologia.....	39
3.1.6. DIAGNÓSTICO DO PROJETO FINEP/2004.....	39
3.1.7. RESPONSABILIDADE DOS PARTICIPANTES.....	40
3.1.8. METODOLOGIA DO PROJETO FINEP/2004.....	40
3.1.9. RESULTADOS ESPERADOS PELO PROJETO FINEP/2004.....	42
3.1.10. JUSTIFICATIVA RESUMIDA DO PROJETO FINEP/2004.....	43
3.1.11. JUSTIFICATIVA DETALHADA DO PROJETO FINEP/2004.....	44
3.1.12. PRAZO DE EXECUÇÃO: 24 MESES.....	45
3.1.13. OBJETIVO GERAL (OBJETO DA PROPOSTA).....	45
3.1.14. OBJETIVOS ESPECÍFICOS (METAS FÍSICAS).....	46
3.1.15. IMPACTOS PREVISTOS PELO PROJETO.....	46
3.1.16. RESUMO DO ORÇAMENTO.....	48
3.1.17. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA.....	49
3.1.18. DADOS DA COOPERATIVA.....	50
3.1.19. FONTE DE RECURSOS.....	51
3.1.19.1. RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	51
3.1.20. INTERPRETAÇÃO DE RESULTADOS.....	51
CAPÍTULO 4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS.....	55
ANEXOS.....	57

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

O Nordeste brasileiro além de densamente habitado, caracteriza-se por apresentar uma distribuição de chuvas temporal e espacialmente irregular. Em consequência, a região enfrenta durante o ano, um longo período sem a ocorrência de chuvas. Estas peculiaridades criam sérias dificuldades para o perfeito desenvolvimento da agricultura na região e, conseqüentemente, a população que mora na zona rural enfrenta fortes restrições de alternativas e estratégias de sobrevivência. Sob tais condições, a criação de pequenos ruminantes, especialmente, caprinos leiteiros e de dupla aptidão (leite e carne) é, reconhecidamente, uma alternativa que poderá contribuir para melhorar o nível de bem-estar da população pobre que vive no semi-árido nordestino.

A produção de leite de cabra é uma alternativa viável para geração de emprego e renda para a população, especialmente para aqueles que moram na região Nordeste, uma vez que cerca de 92% do efetivo total de caprinos do Brasil estão localizados nesta região. Particularmente a caprinovinocultura representa um grande potencial na agropecuária, uma vez que o Brasil conta com um rebanho de caprinos e ovinos que somados equivale a 3,3% do efetivo mundial (MADRUGA, 2003).

Entretanto, é sabido também que a melhoria do agronegócio brasileiro tem gerado igualmente maior competitividade nacional e regional e, portanto, é fundamental o trabalho cooperativo a ser feito em parceria pelas instituições públicas e privadas brasileiras em prol da inovação visando o agronegócio.

A inovação está sendo incentivada por dois dispositivos legais, que são a Lei da inovação N.º 10.973 e a Lei N.º 11.196 (Medida Provisória), essa aprovada em 21/11/2005, que em seu terceiro capítulo concede incentivos à inovação tecnológica. Está disposta na lei a concessão de incentivos fiscais, estímulos à construção de redes de apoio e arranjos produtivos do nível nacional ao municipal.

É facultado às Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) celebrarem acordos de parceria com instituições públicas e privadas visando a Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação de produtos, processos ou serviços. Inovar no agronegócio significa obter produtos e/ou processos que tragam maior competitividade para a cadeia produtiva e, nesse sentido, há amplas possibilidades de melhoria. Principalmente na área de equipamentos e insumos para a produção animal e, no meio ambiente, são inúmeras as

possibilidades de inovação e que estão a esperar por situações mais favoráveis para que aconteçam (BELLAYER, 2001).

Foi a partir do espírito empreendedor e em busca pela inovação tecnológica que surgiu o projeto, objeto deste estudo: ADEQUAÇÃO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO DO LEITE CAPRINO NA FABRICAÇÃO DE DOCES E BALAS EM COMUNIDADES ATENDIDAS PELO PRONAF E ASSENTAMENTOS, fruto da parceria entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico – FINEP/MDS, a Fundação de Apoio a Pesquisa e a Extensão – FUNAPE, a Universidade Federal da Paraíba – UFPB, o Serviço de Apoio a Micro e Pequenas Empresas da Paraíba – SEBRAE e a Prefeitura Municipal de Cabaceiras – PB. Foi então a partir da idéia de um grupo de professores que juntamente com alguns produtores locais, de leite caprino, buscavam um canal para escoamento e aproveitamento da produção que melhor remunerasse seu produto, para tanto, de forma empreendedora e inovadora, o projeto se propõe a produzir alimentos como doces, cocadas e balas a partir do leite caprino, utilizando frutas regionais e ervas medicinal.

É neste sentido que a Unidade Modelo de Fabricação de Doces, Cocadas e Balas de Leite de Cabra – assim denominada no Projeto em estudo - que será administrada pela COPEAGRO - Cooperativa Agropecuária de Cabaceiras e Municípios Circunvizinhos, a ser implantada na cidade de Cabaceiras – PB, produzirá os produtos citados anteriormente, a partir da modernização e otimização de seus processos produtivos através da adequação de tecnologias, visando o aprimoramento da qualidade de seus produtos e o desenvolvimento de uma linha de produtos diferenciada a base de leite de cabra. Este processo tem como finalidade trabalhar com todos os elos da cadeia produtiva da caprinocultura, analisando as tendências de mercado e aceitação dos produtos a base de leite de cabra (FINEP, 2004).

A partir do exposto, observa-se que a referida Unidade Modelo encontrou na caprinocultura uma fatia de mercado ainda pouco explorada por não dispor de fábricas que processem doces a base de leite caprino utilizando frutas regionais e ervas medicinal.

Para tanto é imprescindível entender qual a influência do cooperativismo no desenvolvimento econômico e social na atualidade. O cooperativismo surgiu a partir da constatação de que o ato de cooperar, ou seja, realizar atividades junto com outras pessoas seria a melhor forma para encontrar as soluções que eram de interesse de determinado grupo de pessoas. “O cooperativismo utiliza um método de trabalho

conjugado, ao mesmo tempo em que pode ser visto como um sistema econômico peculiar, em que o trabalho comanda o capital” (RICIARDI & JENKINS, 2000, p.58).

Justifica-se este estudo para compreender a trajetória da criação e implantação da Fábrica de Doces, Cocadas e Balas a partir do Leite Caprino, a ser administrada pela COPEAGRO - Cooperativa Agropecuária de Cabaceiras e Municípios Circunvizinhos. O interesse neste estudo partiu da curiosidade de levantar as informações desde a sua criação, observando os passos e compreender os problemas ocorridos nesta trajetória que impediram sua implantação até o presente momento, visando assim encontrar possíveis soluções.

A partir desta justificativa, procura-se entender esses respectivos **problemas** que levaram a impossibilidade de concluí-la, até o presente momento, gerando assim uma série de conseqüências negativas e prejuízos diversos.

Diante disto, o **objetivo geral** deste estudo é elaborar um diagnóstico que identifique os entraves da criação e implantação da referida empresa, tendo como **objetivos específicos** a realização de um levantamento documental sobre o projeto em questão e identificar o grau de realização do referido projeto, até o presente momento.

CAPÍTULO 2 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. ADMINISTRAÇÃO

As organizações desenvolvem suas atividades em ambientes que passam por frequentes mudanças, esses ambientes são cada vez mais dinâmicos, complexos e competitivos, exigindo um planejamento formal ou informal que identifique de forma clara, onde e como a organização quer chegar, objetivando o sucesso (SOBRAL E PECCI, 2008).

Funções da Administração:

Das quatro funções da administração: planejamento, organização, direção e controle, destaca-se a primeira, pois é a partir dela que as outras funções se originam. É fundamental conhecer os objetivos e as metas, além de uma boa estratégia para que se consiga organizar os recursos, dirigir as pessoas e controlar os resultados.

Para Sobral e Peci (2008, p.128-205), as quatro funções são definidas como:

O *planejamento* é a função da administração responsável pela definição dos objetivos da organização e pela concepção de planos que integram e coordenam suas atividades. O planejamento tem a dupla atribuição de definir o que deve ser feito – objetivos – e como deve ser feito – planos.

Organização como a função que distribui tarefas e recursos pelos membros da empresa, que determina quem tem autoridade sobre quem, e quando e onde se devem tomar decisões. Em outras palavras, a organização é a etapa do processo de administração que agrupa e estrutura os recursos organizacionais e estabelece os mecanismos de comunicação e coordenação entre seus membros de forma a permitir que se alcancem os objetivos estabelecidos de modo eficiente.

A função *direção* envolve a orientação, a motivação, a comunicação e a liderança dos trabalhadores e busca compatibilizar os objetivos destes com o desempenho da organização. Cabe ainda a tal função o desenvolvimento de boas condições de trabalho, de um ambiente propício à cooperação entre os membros organizacionais, e a resolução de eventuais conflitos que possam surgir.

O *controle* é um esforço sistemático de geração de informações sobre a execução das atividades organizacionais de forma a torná-las consistentes com as expectativas estabelecidas nos planos e objetivos. Basicamente, trata-se do processo que busca garantir o alcance eficaz e eficiente da missão e dos objetivos organizacionais.

São de suma importância o entendimento e a execução de cada uma das funções identificadas anteriormente para alcançar o êxito no mercado competitivo atual. As grandes transformações empreendidas pela globalização que a cada dia se amparam mais em meios técnicos, científicos e informacionais, provocaram e estão provocando a reestruturação de todos os setores produtivos.

Nesse sentido, as cooperativas e associações não escapam a essa nova lógica. Como outros bons exemplos dessa reestruturação econômica e seus impactos nas estruturas cooperativas, os trabalhos de Souza (apud DELGADO, 1996), no livro denominado: "Estudos de Caso em Agribusiness: o processo de tomada de decisão nas empresas brasileiras" demonstram como as exigências da globalização estão transformando as associações e cooperativas agropecuárias. O citado autor, discutindo o quadro de liberalização do mercado mundial e a tendência de formação de blocos regionais, salienta que as cooperativas passam a adotar estratégias para enfrentarem essa realidade. Essas estratégias vão desde a otimização, flexibilização do trabalho na cooperativa - modelo gerencial - até a industrialização e diversificação da produção. Assim, "as novas necessidades do setor agrícola passam pela redefinição dos padrões tecnológicos de produção agro-industrial. É com esse propósito que novas estratégias vêm sendo estabelecidas pelas cooperativas" (DELGADO, 1996, p.157).

De acordo com os modernos conceitos de produtividade e de maior qualidade, as cooperativas passam a atuar como molas propulsoras no desenvolvimento e adoção de novas técnicas que garantam maior produtividade e lucratividade. Assim, "as cooperativas assumem, nesse contexto, o papel de gestoras e difusoras de um novo padrão tecnológico que, em parte, se contrapõe ao padrão até então vigente, difundido essencialmente pela pesquisa estatal" (DELGADO, 1996, p.162).

2.2. EMPREENDEDORISMO

Tendo em vista a grande concorrência existente no mercado atual é imprescindível o espírito empreendedor. Sendo assim, Dolabela (1999, p.43) define o empreendedorismo como “um neologismo derivado da livre tradução da palavra entrepreneurship e utilizado para designar os estudos relativos ao empreendedor, seu perfil, suas origens, seu sistema de atividades, seu universo de atuação”. Neste sentido, a palavra “empreendedor” se relaciona principalmente com as atividades que tem o objetivo de gerar riquezas, transformando conhecimento em produtos ou serviços e também na geração do próprio conhecimento, assim como na inovação em áreas como produção, organização, marketing, etc.

No início do século XX, Joseph Shumpeter definiu a palavra empreendedorismo como sendo uma pessoa com criatividade, tendo esta a capacidade de obter sucesso a partir de suas inovações. Posteriormente, Peter Drucker em 1970, afirmou que uma pessoa empreendedora deve arriscar em algum negócio, já em 1985, Pinchot introduziu o conceito intra-empreendedor, ou seja, trata-se de uma pessoa empreendedora que atua internamente na organização.

Leite (2002, p.71) afirma que “empreendedorismo significa possuir tenacidade para perseguir e alcançar seus sonhos. Se o indivíduo não é interiormente forte e capaz para vencer as barreiras e dificuldades próprias de quem começa um novo empreendimento, isto é quase impossível”.

Uma das definições mais aceitas hoje em dia, é dada pelo estudioso do empreendedorismo, Robert Hirsch em seu livro “Empreendedorismo”. Segundo ele, empreendedorismo “é o processo de criar algo diferente e com valor, dedicando tempo e o esforço necessários, assumindo os riscos financeiros, psicológicos e sociais correspondentes e recebendo as consequentes recompensas da satisfação econômica e pessoal”.

Outra definição de empreendedorismo é:

O empreendedorismo deve conduzir ao desenvolvimento econômico, gerando e distribuindo riquezas e benefícios para a sociedade. Por estar constantemente diante do novo, o empreendedor evolui através de um processo iterativo de tentativa e erro; avança em virtude das descobertas que faz, as quais podem se referir a uma infinidade de elementos, como

novas oportunidades, novas formas de comercialização, vendas, tecnologia, gestão, etc (DOLABELA, 1999, p.45).

A força que empurra o empresário para o sucesso é, sem dúvida, a vontade de enfrentar o desafio de abrir o próprio negócio. Mas somada a essa vontade, tem que haver a disposição para adquirir conhecimentos e para desenvolver comportamentos adequados a empreendedores bem-sucedidos. Empreender é fazer acontecer, propor-se a algo diferente, inovador, criar uma oportunidade, ousar, desafiar, investir, correr riscos calculados, explorar algo que já existe para formatar algo novo.

De acordo com Leite (2002, p.27), ser empreendedor significa:

- Ter a oportunidade de trabalhar em todas as vertentes do negócio;
- Controlar o seu próprio destino;
- Gerir o próprio tempo;
- Lidar diretamente com os clientes.

A partir de tantas mudanças que ocorreram na história, surgem novos conceitos para o empreendedor assim como Britto e Wever (2003), sugerem que uma das primeiras definições da palavra empreendedor foi elaborada no início do século XIX pelo economista francês J. B. Say, como aquele que transfere recursos econômicos de um setor de produtividade mais baixa para um setor de produtividade mais elevada e de maior rendimento. Já Dornelas (2005) apresenta uma definição mais atual a cerca do assunto e diz que o empreendedor é a pessoa que detecta uma oportunidade e cria um negócio para capitalizar sobre ela e assume os riscos calculados.

Com isso, o empreendedorismo contribui para a formação de uma nova empresa. Tirar proveito das oportunidades e saber conviver com o risco, são características marcantes na atividade empresarial e que marcam realmente o perfil do empreendedor.

Características imprescindíveis de um empreendedor:

Capacidade de assumir riscos

Arriscar com consciência é ter coragem de enfrentar desafios, de tentar um novo empreendimento, de buscar, por si só, os melhores caminhos. Essa capacidade de

arriscar se origina da combinação de coragem, controle, determinação e ousadia. Os riscos fazem parte de qualquer atividade e é preciso aprender a lidar com eles, ou seja, é preciso saber administrá-los.

Identificar oportunidades

Ficar atento a tudo que acontece à sua volta e perceber, no momento certo, as oportunidades que o mercado oferece e reunir as condições propícias para a realização de um bom negócio é outra marca importante do empresário bem-sucedido. Ele é um indivíduo curioso e atento a informações, que vive em constante pesquisa de novos rumos, pois sabe que suas chances melhoram quando seu conhecimento aumenta.

Visão global

Quanto maior o domínio de um empresário sobre um ramo de negócio, maior é sua chance de êxito, sabendo que a satisfação do cliente é o sucesso do negócio. Esse conhecimento pode vir da experiência prática, de informações obtidas em publicações especializadas, em centros de ensino, ou mesmo de dicas de pessoas que montaram empreendimentos semelhantes.

Organização

Ter capacidade de utilizar recursos humanos, materiais financeiros e tecnológicos de forma racional. Quando se estabelecem as metas, o empreendedor deve encontrar os meios para alcançá-las. Ser organizado é saber aonde se quer chegar, planejar como chegar, garantir a efetivação do planejado, identificar e ajustar possíveis desvios de rotas. Na maioria das vezes, a desorganização principalmente no início do empreendimento compromete seu funcionamento e seu desempenho.

Metas e objetivos

O sucesso de um empreendimento, muitas vezes, está relacionado com a capacidade de decidir corretamente. O empreendedor estabelece os objetivos de longo prazo e define as metas de curto prazo. Tomar decisões acertadas é um processo que

exige o levantamento de informações, análise fria da situação, avaliação das alternativas e a escolha da solução mais adequada. A tendência do empreendedor é definir claramente os objetivos e as metas que lhe sirvam para a realização de projetos mais amplos e duradouros, é saber como e aonde se quer chegar.

Liderança

Liderar é saber definir objetivos, orientar tarefas, combinar métodos e procedimentos práticos, estimular as pessoas no rumo das metas traçadas levando em consideração que cada um tem sua vida pessoal e seus desejos, e favorecer relações equilibradas dentro da equipe de trabalho fazendo com que se sintam motivados, em torno do empreendimento. Assim, a liderança tem que ser uma qualidade sempre presente e assume a função de desenvolver uma cultura organizacional voltada para o cliente.

Criatividade

Um empreendedor de sucesso nunca se acomoda, está sempre concebendo novas soluções e conceitos para não perder a capacidade de fazer com que simples idéias se concretizem em negócios efetivos. O empreendedor deve ser livre, interagir com a realidade, saber quais são os problemas, desafiar idéias anteriormente formatadas e proporcionar alternativas mais objetivas para que se consiga o sucesso.

Independência

Saber determinar seus próprios passos, abrir seus próprios caminhos, ser seu próprio patrão fazem parte do empreendedor. Ele deve ser livre evitando protecionismos que, mais tarde, possam se tornar obstáculos no seu negócio, com isso surge a força necessária para fazer valer seus direitos de cidadão-empresário.

Persistência

Esta é uma característica das pessoas que definem e mantêm o direcionamento de sua empresa rumo ao sucesso, em vez de imaginar o fracasso. Capaz de enfrentar

obstáculos, o empresário de sucesso sabe olhar além e acima das dificuldades e persiste pelo seu ideal.

Comprometimento

O empreendedor tem como característica o compromisso com o trabalho que realiza, se sacrifica para a concretização de tarefas e para o cumprimento dos compromissos assumidos. Faro empresarial, típico de gente bem-sucedida nos negócios é, na maioria das vezes, a soma de todas as qualidades descritas até aqui. Se o empreendedor reúne a maior parte dessas características terá grandes chances de ter êxito. Todo empreendedor de sucesso serve de espelho e se torna um representante do espírito empreendedor, e que cria negócios bem sucedidos ao colocar em prática realidades lucrativas.

2.3. COOPERATIVISMO

2.3.1. HISTÓRIA DO COOPERATIVISMO

Desde a antiguidade os homens cooperam entre si, na colheita, na caça, na pesca, na habitação e na produção de bens. Na Babilônia, por exemplo, já existiam formas de cooperação bem nítidas: nos campos de trigos, no artesanato e no sepultamento. Na história da civilização, percebe-se a cooperação como um processo social, mesmo que de uma forma muito primitiva, podendo ser identificada desde os tempos mais primitivos. Inicialmente, o homem e a mulher passaram a constituir uma união estável, de forma a assegurar o desenvolvimento de seus filhos. Os agrupamentos humanos não teriam subsistido sem a ajuda mútua, ou seja, sem o cooperar (MOTTA, 2005).

Entre os gregos (século XV a.C. até o século II a.C.), quase todas as pessoas de classe média e baixa faziam parte de algum tipo de associação com características cooperativas que tinha como objetivo, garantir aos seus membros um serviço funerário adequado.

Entre os incas (do século XIII até 1532), a base econômica estava assentada sobre a atividade coletiva de todos os homens e mulheres capazes de trabalhar, com isto supriam as necessidades alimentares da população, não havia desocupados, nem desempregados. Era uma sociedade agrícola na qual se dividia o produto segundo o trabalho prestado e as carências de cada um.

As primeiras associações de trabalhadores nos moldes cooperativos surgiram no século XVIII. Essas associações visavam à união de esforços e a garantia da subsistência dos trabalhadores desempregados na Revolução Industrial que tinham sido substituídos pelas máquinas na área de produção européia. Fundadas no ideal de solidariedade procuravam privilegiar a força do trabalho sobre o capital e, ao longo do tempo, tal movimento deu origem simultaneamente à previdência social, ao sindicalismo e ao cooperativismo.

Praticamente até o século XVIII, a economia se baseava na exploração da servidão e do trabalho escravo. Com isso, as associações de trabalho constituíam-se em ações forçadas, enquanto que as outras sociedades livres eram reprimidas.

Algumas pessoas comparam os primeiros cooperativistas da época moderna com sonhadores, por preconizarem uma sociedade nova em meio a um regime capitalista inexpressivo.

Antes de 1844, ano do surgimento dos chamados *Pioneiros de Rochdale* (precursores do cooperativismo atual), muitos já defendiam idéias cooperativistas. Plockoy, em 1659, inventou uma forma de cooperação integral, constituída de famílias ou pequenos grupos econômicos, em que cada sócio levava à sociedade o que dispunha (terra ou dinheiro), o que lhe viabilizava créditos para o fomento da sua produção. John Bellers (1654 a 1725) imaginou uma espécie de colônia cooperativa de trabalho em que não haveria despesas com os ganhos dos intermediários. Michel Derrion, um comerciante de sedas, fundou em 1834, um armazém social de gêneros de primeira necessidade. Um conselho de administração, representando os consumidores, indicava um gerente administrativo.

Robert Owen, um industrial inglês, nascido em 1771, por alguns, considerado um socialista utópico, foi um personagem importante no pensamento dos pioneiros de Rochdale. Em uma atitude inédita, reduziu o número de horas de trabalho em suas fábricas, negando-se também a empregar crianças e suprimindo as multas disciplinares. Estas inovações permitiram aos seus operários melhores condições de trabalho e de vida. Considerava o lucro e o papel do intermediário como uma percepção injusta.

William King, um médico inglês (1786 a 1865), viu na cooperação uma forma para eliminar os malefícios do mundo moderno e assim criar um melhor padrão de vida. Conhecido como médico dos pobres, se preocupou com a criação de cooperativas de consumo.

Organizou-as de tal forma que cada associado contribuía semanalmente com uma pequena quantidade de seus produtos. Com a arrecadação obtida, constituiu-se um fundo comum destinado à compra de terras ou casas. L'Ange, no século XVIII, preconizava a organização de cooperativas, com um benefício adicional, na forma de seguro agrícola contra granizo, incêndios, e pragas. Charles Fourier (1772 a 1837) anunciava o benefício das grandes associações. Louis Blanc, nascido na Espanha em 1814, combatia a concorrência, afirmando ser esta geradora das crises sociais, proclamando o acesso ao trabalho como o mais sagrado dos direitos.

Em 1843, em Rochdale na Inglaterra, reuniram-se 28 tecelões, que também sofriam com o aviltamento dos salários diante da mão-de-obra excedente e do desemprego, para debaterem as suas dificuldades. Sob a inspiração de um deles, Charles Howarth, um simples curtidor, organizou uma nova associação baseada no cooperativismo, posteriormente em 24 de outubro de 1844 foi registrada a cooperativa “Rochdale Society of Equitable Pioneers”. Nasceu assim, o cooperativismo puro.

Segundo Ricciardis & Jenkins (2000), as cooperativas nasceram a partir da Revolução Industrial na Europa, fruto do desemprego gerado por ela – “isso foi uma resposta sócio-econômica a um problema sócio-econômico”, afirma Roberto Rodrigues, presidente da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), sediada em Genebra – Suíça.

Princípios seguidos por Rochdale:

- Adesão livre;
- Administração democrática;
- Retorno na proporção das compras;
- Juro limitado ao capital;
- Neutralidade política e religiosa;
- Pagamento em dinheiro, à vista;
- Fomento de educação cooperativa.

Diante das dificuldades, a falta de recursos e a quebra de tabus impostos por segmentos da sociedade que eram contrários como a Imprensa e a Igreja, não impediram o êxito da Cooperativa dos Pioneiros que na década de 60 atingiu cerca de 30 mil associados. Os crescimentos da cooperativa além de proporcionar desenvolvimento econômico, educacional e cultural, gerado na sociedade da época, os estimularam para que outras classes e profissionais como economistas e teólogos, aderissem a este movimento transformador.

No ano de 1852 na Inglaterra, surge a primeira Lei regulamentando o funcionamento das Cooperativas, “The Industrial and Provident Societies Act”, dez anos mais tarde uma emenda assegura a cooperativa a responsabilidade limitada e o direito a se federarem, servindo posteriormente como modelo para a regulamentação das cooperativas em outros países.

Com o sucesso da iniciativa dos tecelões que se uniram em uma pequena sociedade para fazer frente à opressão do capitalismo nascente, criou-se um novo estilo de vida, gerado pelas opressões sociais da revolução industrial inglesa. Criaram-se princípios que ainda hoje fundamentam o movimento cooperativista em todo o mundo.

A Aliança Cooperativa Internacional – ACI, órgão do Cooperativismo mundial, com sede em Londres, foi constituída em 1895 com o objetivo específico de continuar a obra dos Pioneiros de Rochdale.

Os Princípios do Cooperativismo foram fixados em 1937, quase um século após o acontecido em Rochdale, pela Aliança Cooperativa Internacional durante o seu XV Congresso realizado em Paris. Os Princípios dos Pioneiros de Rochdale foram redefinidos com uma redação que incluía a adesão livre, a distribuição do excedente em proporção às operações com seus membros, os juros limitados ao capital, a neutralidade política, religiosa e racial, as vendas à vista e o desenvolvimento da educação.

A partir de então, o cooperativismo foi conquistando fronteiras, atingindo os cinco continentes. Já no século XX passou a ser aceito em todo o mundo como um dos melhores recursos para atender os reais interesses da comunidade.

Em setembro de 1966, em Viena, o Congresso da Aliança reavaliou a definição dos princípios, pois alguns os consideravam ultrapassados diante das grandes transformações que ocorreram em todo o mundo. Verificou-se que as alterações foram pouco significativas e que os princípios básicos continuavam sendo os da adesão livre, da gestão democrática, da taxa limitada aos juros de capital, das sobras eventuais pertencentes e distribuídas aos cooperados, da neutralidade social, política, racial e

religiosa, da ativa cooperação entre as cooperativas em plano local, nacional e internacional e da constituição de um fundo para a educação dos cooperados e do público em geral.

A ACI, reunida em Manchester no centenário de sua constituição, homologou a Declaração da Identidade Cooperativa em setembro de 1995, para atender às necessidades específicas de seus membros, nas mais diferentes regiões do mundo.

A nova declaração sinalizou o início de um novo ciclo para o cooperativismo mundial, abriu novas perspectivas ao movimento internacional, reafirmou crenças tradicionais, ofereceu novas interpretações e sugeriu soluções para os velhos problemas.

Os novos princípios vieram reafirmar os compromissos mútuos entre cooperativa, cooperados e comunidade, abrindo novas possibilidades de crescimento para as cooperativas em um novo ambiente, assegurando a autonomia e a independência e preservando os seus valores fundamentais.

A ideologia e os métodos cooperativos já foram aplicados com êxito nas cooperativas de consumo, industriais, de crédito, de construção e habitação, de saúde, de transporte, de pesca, de seguros e outros. O sistema se difundiu pelo mundo, cada dia que passa, adquire mais importância, seja nos países desenvolvidos ou em desenvolvimento, seja nos países capitalistas, socialistas ou do terceiro mundo.

2.3.1.1. COOPERATIVISMO NO BRASIL

O Movimento cooperativo, propriamente dito, começou a ser conhecido no Brasil somente por volta de 1841. Em Santa Catarina, se iniciou quando o imigrante francês Benoit Jules de Mure tentou fundar na localidade de Palmital (pertencente ao município de São Francisco do Sul e hoje ao município de Garuva), uma colônia de produção e consumo com base nas idéias de seu compatriota Charles Fourier. Em 1847, também o francês Jean Maurice Faivre, sob inspiração de Fourier, fundou nos sertões do Paraná e Colônia Tereza Cristina, que apesar de sua breve existência, muito contribuiu no País.

No decorrer do século XIX, com a chegada de imigrantes alemães e italianos, essas iniciativas foram mais frequentes. Muitos das comunidades que se formaram em todo o território nacional, tentaram resolver seus problemas de consumo, de crédito e de produção, criando organizações comunitárias em pátrias de origem. Além das iniciativas

já citadas, pode-se mencionar ainda as de Rio dos Cedros/ Santa Catarina e Ouro Preto/ Minas Gerais (1889), Limeira/ São Paulo (1891), Camaragibe/ Pernambuco (1894).

Nas décadas de 50 e 60, principalmente, o cooperativismo teve relativa expansão no Brasil, estendendo-se a diversos segmentos da sociedade brasileira. Hoje, atua nos mais variados setores da vida nacional, como por exemplo: agropecuário, consumo, crédito, educacional, especial, habitacional, mineral, produção, saúde, serviço e trabalho.

Desta forma, verifica-se que o surgimento do cooperativismo no Brasil, se deu principalmente no meio rural e promovido pelas elites agrárias, principalmente a partir do século XX. Assim, sufocado pela estreita dependência ao poder estatal, perdeu o caráter contestador e reformador do modelo europeu.

A visão política do cooperativismo brasileiro era aquela do controle social, tendo como perspectiva da ascensão social rural, apenas para modernização da agricultura. O Estado Brasileiro, controlado pela elite agrária que conservou o poder mesmo com a industrialização urbana mostrou sua marca autoritária e intervencionista na criação das cooperativas e na regulamentação jurídica do Direito do Trabalho.

“O interesse pelo Cooperativismo no Brasil teve início a partir de 1888, a partir da libertação dos escravos, entretanto no início do século XX é que efetivamente surgiram as primeiras cooperativas” (FURQUIM, 2001, p.34).

A mesma autora revela que foi criada a Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica na cidade de Limeira e no estado de São Paulo no ano de 1891. Posteriormente, surgiu também a Cooperativa Militar de Consumo no Estado do Rio de Janeiro e a Cooperativa Industrial de Camaragibe no Estado de Pernambuco, entre outras que surgiram em todo o país.

A primeira referência legislativa ao movimento cooperativista se deu com o Decreto nº 796 e nº 869 das datas 02 e 17 do mês de outubro do ano de 1890, que autorizavam a organização das sociedades cooperativas, iniciando a partir daí uma evolução legislativa.

O primeiro dispositivo legal foi o Decreto Legislativo nº 979 de 06 de janeiro de 1903 que tratava das atividades cooperativas.

A Lei nº 1.637 de 05 de janeiro de 1907 dispunha em seu artigo 10:

“As sociedades cooperativas, que poderão ser anônimas, em nome coletivo ou em comandita, são regidas pelas leis que regulam cada uma dessas formas de sociedades, como as modificações estatuídas na presente lei”.

Entretanto, só em 1932 com o Decreto nº 22.239 de 19 de dezembro de 1932 houve realmente uma regulamentação legislativa a cerca das cooperativas, sendo o mesmo considerado a primeira lei “rochdaleana”, pois teve como base os princípios de Rochdale.

O artigo nº 24 do referido decreto estabelecia que:

São cooperativas de trabalho aquelas que, constituídas entre operários de uma determinada profissão ou ofício ou de ofícios vários de uma mesma classe, têm como finalidade primordial melhorar os salários e as condições de trabalho pessoal de seus associados, e dispensando a intervenção de um patrão ou empresário, se propõe contratar obras, tarefas, trabalhos ou serviços públicos ou particulares, coletivamente por todos ou por grupo de alguns.

Entretanto, em 21 de Novembro de 1966, este decreto foi revogado, somente a partir de 1971, com a Lei nº5.764/71, que define a Política Nacional de Cooperativismo e institui o regime jurídico, estrutura e operacionalidade das sociedades cooperativas.

2.3.1.2. COOPERATIVISMO NO NORDESTE

O Nordeste brasileiro é caracterizado por ser uma região de contrastes, sendo marcado por forte heterogeneidade não somente em termos de clima, vegetação, topografia, cultura, mas, especialmente, em termos econômicos. Garcia (1984) ressalta que essa região convive, simultaneamente, com situações de pobreza – típicas de países subdesenvolvidos – e com níveis de produção e consumo semelhantes aos dos países de capitalismo avançado.

Nesse contexto, a história do cooperativismo nordestino evidencia os mesmos contrastes, reproduzindo um modelo concentrador e excludente que teve numa estrutura agrária voltada para o latifúndio e para o setor agroexportador, a sua base de sustentação. Esse contexto estimulou, por outro lado, a criação de muitas cooperativas como fonte de poder e influência de uma classe dominante, mantendo em seus quadros dirigentes um grupo de poder local, em detrimento dos interesses da ampla maioria dos cooperados que, em função de um nível sócio econômico desfavorecido, se reservavam a acatar as determinações do grupo mais forte economicamente (ARAÚJO, 1997). Assim sendo, constata-se que, no caso das cooperativas do Nordeste, a autoridade e o

poder foram exercidos historicamente pelos dirigentes e não pelos seus associados nas assembleias.

É neste contexto que grande parte das cooperativas rurais no Nordeste esteve organizada a partir de uma estrutura de classes, na qual os postos de comando sempre estiveram preenchidos pelos grandes proprietários e pelas lideranças políticas locais e regionais, atendendo a benefícios de pessoas e de grupos específicos. Eis a razão pela qual, o cooperativismo nordestino foi identificado como instrumento de controle do que de mudança social, tendo servido muitas vezes, como instrumento de transferência de recursos financeiros para os produtores (RIOS, 1987).

Tais questões trouxeram repercussão direta para o campo da gestão das cooperativas agrícolas. De acordo com Silva (2000), a carência de planejamento a curto e médio prazo, associado a uma fraca capacidade de investimento de capital, utilização de mão-de-obra sem qualificação e controle financeiro-contábil condicionaram um baixo nível de competitividade e conseqüentemente de capitalização das cooperativas, notadamente nas de pequeno porte.

Verifica-se atualmente no Nordeste, uma preocupação para a revitalização das práticas cooperativas através dos diversos fóruns realizados em vários estados, na sua grande maioria, promovidos pelas entidades representativas do cooperativismo e pelas universidades, sobretudo, no que diz respeito à formação do seu quadro social e à capacitação dos seus dirigentes.

Assim sendo, cada vez mais as cooperativas, independentemente de onde estejam localizadas, terão que se capacitar e reformular suas práticas democráticas no processo de auto-gestão, passando pela apropriação de ferramentas adequadas de gestão organizacional que lhes permitam ocupar um espaço de destaque no mercado local, regional e nacional.

Somado a isto, as inovações produzidas principalmente nas instituições públicas do Brasil, assim como pelas organizações públicas e privadas internacionais, têm sido empregadas por muitas empresas em todas as cadeias produtivas importantes do agronegócio brasileiro. Com isso, houve um aumento significativo da produtividade e da produção agropecuária, trazendo maior destaque da participação do agronegócio no PIB brasileiro. O PIB brasileiro revela que dos R\$ 1.929 trilhões, R\$ 538 bilhões (27,9%) refere-se ao agronegócio, sendo que a pecuária responde por 29,7% (R\$ 160 bilhões) e a agricultura por 70,3% (R\$ 378 bilhões) (RODRIGUES, 2005).

Para Rosanova (2004) o grande potencial agroindustrial da caprinovinocultura na região, está demonstrado pelos seguintes aspectos: crescimento dos seus rebanhos; desenvolvimento e aperfeiçoamento dos recursos genéticos desses animais; existência de um mercado interno comprador; promissora produção leiteira e sua utilização na produção de laticínios (queijos, iogurtes, bebidas lácteas etc.); e no caso da carne, torna-se relevante abordar que o incentivo da implantação de abatedouros credenciados e frigoríficos, voltados exclusivos para essa atividade tornaria os produtos com maior valor agregado e uma maior valorização de mercado, visto a importância e a qualidade da matéria-prima em questão.

3.2. CLASSIFICAÇÃO DAS COOPERATIVAS

Quanto à classificação, as cooperativas se dividem:

Singulares: constituídas pelo número mínimo de 20 (vinte) pessoas físicas e, excepcionalmente, por pessoas jurídicas. Caracterizam-se pela associação de pessoas que se organizam para satisfazer suas necessidades econômicas, sociais e culturais, mediante a cooperação mútua destes na execução dos negócios.

Cooperativas Centrais ou Federações de Cooperativas: constituídas por, no mínimo, 3 (três) Cooperativas Singulares. Visam a organização em comum e em maior escala das atividades econômicas e assistenciais das filiadas (cooperativas singulares).

Confederações de Cooperativas: constituídas por, no mínimo, 3 (três) Federações de Cooperativas ou Cooperativas Centrais, e têm por objetivo a coordenação das atividades das respectivas filiadas, ainda que de diferentes ramos.

3.3. RAMOS DO COOPERATIVISMO

Os ramos do cooperativismo são: Agropecuário, Consumo, Crédito, Educacional, Especial, Habitacional, Infra-estrutura, Mineral, Produção, Saúde, Trabalho, Transporte, Turismo & Lazer e Outros. Estes foram definidos em 04 de maio

de 1993, com base em modelos da Aliança Cooperativa Internacional - ACI e da Organização das Cooperativas da América - OCA. Dentre estes, destaca-se:

- AGROPECUÁRIO:

A agricultura brasileira tem se desenvolvido e conquistado posição de destaque internacional. As cooperativas agropecuárias que reúnem milhares de agricultores em todo o país acompanham a evolução desse setor que alavanca a economia. Com um contingente superior a um milhão de agropecuaristas, as cooperativas agrícolas são responsáveis por boa parte da produção de trigo, leite, carne, mel, hortifrutigranjeiros, aguardente, milho, soja e seus derivados. Também investem em pesquisas e experimentação para garantia do desenvolvimento e aumento da produção.

- CONSUMO:

As cooperativas de consumo estão relacionadas à compra em comum de artigos de consumo para seus associados. Ao longo da década de 90, o número de cooperativas desse segmento ficou estável. Isto demonstra o esforço realizado para manter os espaços já ocupados e competir com as grandes redes de super e hipermercados. Tendo em vista a integração com outros ramos, o cooperativismo de consumo vem realizando estudos e promovendo encontros visando a ocupação de seu espaço no contexto cooperativista nacional.

3.4. CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA

O artigo 3º, da Lei nº 5.764/71, conceitua a cooperativa como sendo o “tipo de sociedade celebrada por pessoas que se obrigam reciprocamente a contribuir com bens e serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum e sem objetivo de lucro”. Também se conceitua a “sociedade cooperativa” como a sociedade de pessoas (e não de capitais) com capital variável, que se propõe, mediante a cooperação de todos os seus associados (cooperados), ao exercício de atividades ou à execução de negócios em proveito deles próprios. A característica principal da sociedade cooperativa é a sua finalidade, que é oferecer aos seus cooperados melhores condições econômicas e sociais, já que a sociedade (em si) não possui finalidade lucrativa. Desta forma, a sociedade serve como instrumento de promoção dos interesses de seus membros.

Cooperativa é uma associação autônoma de pessoas unidas, voluntariamente, para satisfazer desejos e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma sociedade de propriedade coletiva e com autogestão.

Somente em 1988, com a Constituição Federal, se estabeleceram aspectos legislativos, assim como um regime jurídico para reger as sociedades cooperativas, sendo importante salientar que a Constituição de 1988, de forma sutil, incentiva um movimento cooperativista no Brasil, a não permitir a intervenção estatal no que se refere à criação e ao funcionamento das sociedades cooperativas, sendo este momento histórico, considerado o período de liberação onde houve uma evolução do regime jurídico das sociedades cooperativas.

Prevê a Constituição Brasileira:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

XVIII- a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

Segundo Furquim (2001, p. 58) a Organização Internacional do Trabalho (OIT) define a cooperativa como:

Uma associação de pessoas que se agrupam voluntariamente para alcançar um objetivo comum mediante a formação de uma empresa controlada democraticamente; que contribuem com uma quota equitativa do capital que se requer, e assume uma justa parte dos riscos e benefícios; e de cujo funcionamento os sócios participam ativamente.

3.5. DIFERENÇAS ENTRE SOCIEDADES COOPERATIVAS E OUTRAS EMPRESAS

Princípios do cooperativismo são linhas orientadoras através das quais as cooperativas põem seus objetivos em prática, cujas regras devem nortear o relacionamento entre cooperados e cooperativa, uma vez que sinalizam o verdadeiro espírito do cooperativismo, distinguindo-a de outros tipos de empreendimentos

econômicos. Pela Aliança Cooperativa Internacional - ACI, os princípios cooperativos passaram a ter o seguinte entendimento:

QUADRO 1 - DIFERENÇAS ENTRE SOCIEDADES COOPERATIVAS E OUTRAS EMPRESAS

SOCIEDADE COOPERATIVA	SOCIEDADE EMPRESÁRIA
Sociedade de pessoas.	Sociedade de capital.
Gerar condições de produção e trabalho aos cooperados.	Gerar lucro aos acionistas/cotistas.
Deliberações: 1 voto por cooperado.	Voto proporcional ao nº de ações/cotas.
Participação democrática.	O sócio majoritário é quem decide.
Quorum nas assembleias: com base no nº de cooperados.	Quorum com base no capital social.
Retorno proporcional das operações realizadas pelo cooperado.	Dividendos proporcionais à participação no capital.
Número ilimitado de sócios.	Regra: número limitado de cotistas.
As quotas-partes são intransferíveis a não-cooperados.	As cotas podem ser transferidas aos sócios ou terceiros.
O objetivo social é exercido pelos cooperados.	Em regra, o trabalho é executado pelos empregados.
Relação civil entre cooperativa e cooperados.	Relação civil entre empresa e sócios/acionistas.
Não sujeita-se à falência.	Sujeita-se à falência.
A sociedade não possui fins lucrativos.	Possui fins lucrativos.

Fonte: SEBRAE

Para Sérgio Pinto Martins (apud Furquim 2001) diz:

“Cooperativa é uma forma de união de esforços coordenados para consecução de determinado fim.”

Segundo Luis Carlos Amorim Robortella (apud Furquim 2001):

“... pode se dizer que a cooperativa é um ser híbrido, pois tem natureza socialista e capitalista ao mesmo tempo. O antigo cooperativismo, voltado apenas aos associados, agora descobriu o mercado e nele se desenvolve.”

Segundo Amador Paes de Almeida (apud Furquim 2001): a sociedade cooperativa é:

“A sociedade cooperativa é uma sociedade sui generis, que se distingue das demais por suas características próprias, destina-se a prestar serviços aos próprios sócios, que são, a um só tempo, sócios e fregueses.”

A Constituição Federal, no capítulo 2 da lei nº5.764/71, intitulado “Das Sociedades Cooperativas”, identifica-se o conceito e a natureza jurídica das cooperativas.

“Celebaram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro.” (Art. 3º, lei nº5.764/71).

Inicialmente para se constituir uma sociedade cooperativa, pressupõe-se a existência de um contrato entre pessoas, que tem um intuito de se obrigar a contribuir, com bens ou serviços, objetivando uma atividade econômica (FURQUIM, 2001).

Nesse sentido, a sociedade cooperativa pode ser confundida com qualquer outra sociedade comercial, entretanto é primordialmente uma característica da sociedade cooperativa visar aos interesses comuns dos cooperados ou associados, auferindo-lhes vantagens econômicas. Basicamente são três premissas essenciais:

- a) O exercício de atividade econômica
- b) Ajuda mútua em proveito comum
- c) Ausência de lucro

É importante salientar que a sociedade cooperativa existe para prestar serviços aos associados de maneira exclusiva, proporcionando-lhes o exercício de uma atividade econômica, “sem objetivo de lucro”, conforme o Art. 3º da Constituição Federal, anteriormente mencionado.

Para diferenciar as sociedades cooperativas das demais sociedades o Art.4º a Constituição Federal define:

“As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:

- I- Adesão voluntária, com número limitado de associados salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;
- II- Variabilidade do capital social, representado por quotas partes;
- III- Limitação do número de quotas partes do capital para cada associado, facultado, porém, estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;
- IV- Inacessibilidade das quotas partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;
- V- Singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade;
- VI- Quorum para funcionamento e deliberação da assembléia geral baseado no número de associados e não no capital;
- VII- Retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral;
- VIII- Indivisibilidade dos Fundos de Reserva e de Assistência Técnica, Educacional e Social;
- IX- Neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social;
- X- Prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa;
- XI- Área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços.”

CAPÍTULO 3 – ASPECTOS METODOLÓGICOS

3.1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1.1. TIPO E NATUREZA DO ESTUDO

O presente estudo de caso trata-se de uma pesquisa documental empreendida sobre o Projeto FINEP/2004. Foi realizado inicialmente um levantamento bibliográfico de caráter descritivo exploratório e aplicado. Segundo Gil (2002), a pesquisa de caráter descritivo tem como objetivo descrever características de uma determinada população, fenômenos ou busca estabelecer relação entre as variáveis. A pesquisa de caráter exploratório tem por finalidade esclarecer, desenvolver e alterar conceitos ou idéias com base na formulação de hipóteses ou problemas para estudos posteriores. Já a pesquisa classificada como aplicada, busca contribuir para fins práticos, visando encontrar soluções para problemas concretos, utilizando os recursos da observação “in loco”. Gil (1999) afirma que nesse caso, a atenção maior está voltada para a aplicação a uma realidade circunstancial, mais ainda do que voltada para o desenvolvimento de teorias de valor universal (segue Projeto completo em anexo).

3.1.2. CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO

Marconi e Lakatos (1999) relatam que a população ou o universo é o conjunto de seres que apresentam em comum pelo menos uma característica. Neste caso, o estudo apresenta como universo o Projeto FINEP/2004 e os cooperados.

3.1.3. INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Para contemplar as informações necessárias para esta pesquisa, foram extraídos dados do Projeto e sondagem informal com a equipe: o Coordenador do Projeto e os cooperados.

3.1.4. TRATAMENTO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.1.4.1. PRINCIPAIS DADOS EXTRAÍDOS DO PROJETO EM ESTUDO

3.1.4.2. TÍTULO DO PROJETO: ADEQUAÇÃO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO DO LEITE CAPRINO NA FABRICAÇÃO DE DOCES E BALAS EM COMUNIDADES ATENDIDAS PELO PRONAF E ASSENTAMENTOS (CAPRIDOCE)

DESCRIÇÃO DO PROJETO:

A partir do levantamento dos dados constantes no projeto em questão, observou-se que o mesmo é uma parceria entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico – FINEP/MDS, a Fundação de Apoio a Pesquisa e a Extensão – FUNAPE, a Universidade Federal da Paraíba – UFPB, o Serviço de Apoio a Micro e Pequenas Empresas da Paraíba – SEBRAE e a Prefeitura Municipal de Cabaceiras – PB. “Com o propósito de adequar tecnologias pela modernização e otimização de seus processos produtivos para o aproveitamento do leite caprino na fabricação de doces e balas. Objetivando o aprimoramento da qualidade dos produtos e desenvolvimento de uma linha de produtos diferenciada. Propõe-se também a trabalhar conjuntamente com todos os elos da cadeia produtiva da Caprinocultura, a partir da análise das tendências de mercado pela aceitação dos produtos que serão comercializados em redes de supermercados, restaurantes, lanchonetes, bares e similares” (Projeto FINEP/2004).

3.1.4.3. FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS – FAP/FINEP/MDS

QUADRO 2 - FORMULÁRIO PARA A PRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS – FAP/FINEP/MDS

PROPONENTE: FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA E À EXTENSÃO – FUNAPE
EXECUTOR: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CO-EXECUTOR (ES): SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SICTCT

INTERVENIENTE (ES): SERVIÇO DE APOIO A MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DA PARAÍBA – SEBRAE
--

PROJETO: ADEQUAÇÃO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO DO LEITE CAPRINO NA FABRICAÇÃO DE DOCES E BALAS EM COMUNIDADES ATENDIDAS PELO PRONAF E ASSENTAMENTOS
--

Fonte (Projeto FINEP/2004)

3.1.5. CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA

3.1.5.1 DADOS INSTITUCIONAIS

3.1.5.2. ANTECEDENTES:

3.1.5.2.1. UFPB – Universidade Federal da Paraíba

A Universidade Federal da Paraíba, através do Núcleo de Pesquisa e Processamento de Alimentos – NUPPA vem desenvolvendo trabalhos de pesquisa em alimentos, atuando na assistência à extencionistas rurais, técnicos de Associações e cooperativas do Estado. Junto ao Departamento de Nutrição tem sido desenvolvido vários projetos de ensino, pesquisa e extensão quais sejam: Avaliação do Potencial de Produção e da Qualidade do Leite de Cabras Mestiças de Raças Nativas Utilizando Silagem de maniçoba (*Manihot pseudo glaziovii* Pax e Houffman), Tecnologias para a Produção e Processamento de Carne, Leite e Pele de Caprinos e Ovinos na Agricultura Familiar, Qualidade Nutricional do Leite de Cabra Utilizado na Merenda Escolar no Estado da Paraíba, Utilização da Palma Forrageira na Alimentação. Nos Laboratórios do Departamento de Tecnologia Rural do Centro de Formação de Técnicos, Campos IV a UFPB têm sido desenvolvido projetos na área de laticínios tais como: Características do Processamento de Elaboração e da Qualidade do leite de Cabra Fermentado Utilizando como culturas iniciadoras (*Lactobacillus acidophilus* e *Bifidobacterium lactis*), Aproveitamento do soro do Queijo de Coalho para obtenção de Iogurte Tipo Líquido de Soja e Avaliação Físico-Química, Microbiológica e Sensorial de Ricota Produzida a Partir de Leite de Cabra. Vários convênios já foram celebrados com entidades idôneas, tais como: SENAI, DFA, CNPq, IBAMA, SUDEMA, RT, Secretara de Agricultura e Secretaria de Indústria, Comércio, Ciência, Tecnologia e Turismo do Estado da Paraíba (Projeto FINEP/2004).

3.1.5.2.2. SICTCT – Secretaria da Indústria, Comércio, Turismo, Ciência e Tecnologia

- promoção do desenvolvimento industrial através da implantação de micro e pequenas empresas;
- Coordenação do programa COMPET em parceria com o CNPq e FINEP na estruturação e organização de arranjos produtivos;
- Desenvolvimento de projetos para implantação de unidades modelos na área de abate, esfolo e conservação de peles caprinas e ovinas;
- Elaboração do cadastro industrial do Setor Coureiro-Calçadista do Estado da Paraíba;
- Elaboração de cartilhas na áreas de pele e couro caprino e design;
- Elaboração de home Page para divulgação de tecnologias geradas;
- Desenvolvimento de política industrial e de C&T (FINEP/2004).

3.1.6. DIAGNÓSTICO DO PROJETO FINEP/2004

A Unidade Modelo de Fabricação de Doces, Cocadas e Balas de Leite de Cabra – CAPRIDOCE, a ser implantada no semi-árido paraibano, se propõe a produzir alimentos que possam ser comercializados na forma de pastas, barras e balas.

Esta Unidade buscará a modernização e a otimização de seus processos produtivos através da adequação de tecnologias, visando o aprimoramento da qualidade de seus produtos e o desenvolvimento de uma linha de produtos diferenciados a base de leite de cabra. Este processo tem como finalidade trabalhar com todos os elos da cadeia produtiva da Caprinocultura, analisando as tendências de mercado e aceitação dos produtos a base de leite de cabra.

Como estratégia, a Unidade Modelo realizará pesquisa de mercado, buscando parcerias com redes de supermercados, fornecedores, atacadistas, restaurantes, lanchonetes, bares e similares, bem como, a elaboração de um plano de marketing para a empresa.

Diante do exposto, a organização em tela encontrou na Caprinocultura uma fatia de mercado ainda pouco explorada por não dispor de fábricas que processem doces a base de leite caprino utilizando frutas regionais e ervas medicinais. A matéria-prima (leite de cabra), de elevado protéico, nutricional e de alta digestibilidade, tido como exótica, é de fácil obtenção através das Associações, Cooperativas e produtores rurais

no semi-árido paraibano. Esses produtores serão estimulados e encorajados a intensificarem o aumento da produção leiteira, mediante aquisição de raças específicas para a produção de leite, de forma a fortalecer o plantel paraibano caprino alcançando uma alta produtividade (FINEP/2004).

3.1.7. RESPONSABILIDADE DOS PARTICIPANTES

As ações contidas neste projeto foram discutidas com as instituições parceiras em reuniões específicas para que fosse definido o grau de desenvolvimento dos mesmos no projeto. Estas reuniões foram coordenadas pela Secretaria da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia – SICTCT (FINEP/2004). As obrigações e responsabilidades de cada participante estão discriminadas no projeto em anexo.

3.1.8. METODOLOGIA DO PROJETO FINEP/2004

Este projeto pretende, no período de 24 meses, desenvolver e implantar uma linha de produção de alimentos derivados do leite caprino na unidade piloto selecionada para este projeto.

Inicialmente, serão elaborados os projetos arquitetônicos, complementares (hidrosanitário, elétrico, incêndio e de telefonia), memorial descritivo, layout de produção e fluxograma do processo produtivo da Unidade Modelo a ser implantada no município selecionado. Após esta etapa, será dado início à construção do galpão de produção e aquisição de máquinas e equipamentos necessários à implantação de duas fábricas de doce modelo. A primeira, a ser instalada no NUPPA/CT/UFPB, servirá de laboratório de pesquisa. A outra será a Unidade Modelo de Fabricação de Doces de Leite de Cabra- CAPRIDOCE, responsável pela geração de ocupação e renda na região atendida no âmbito deste projeto, podendo beneficiar cerca de 200 a 500 litros dia.

Em seguida, será realizada uma seleção de tecnologias já existentes que possam ser adequadas no desenvolvimento de formulações para fabricação de novos produtos, tais como: doces, cocadas e balas a base de frutas do semi-árido e ervas medicinais. Estas tecnologias serão desenvolvidas e aprimoradas pelo NUPPA/CT/UFPB, que também realizará controle de qualidade através de análise microbiológica e físico-química, bem como, estudará o melhor processo de conservação desses produtos.

Também será de responsabilidade da equipe técnica do NUPPA/CT/UFPB a seleção e adequação de seus laboratórios para que possa desenvolver as pesquisas necessárias para a implantação da linha de produtos, sugeridas neste projeto, para a unidade modelo. Esta adequação implicará em um estudo de layout nos laboratórios selecionados, para que possam ser instaladas as máquinas e equipamentos destinadas a pesquisa. Os técnicos também serão capacitados e treinados para poderem operar os novos equipamentos laboratoriais.

O NUPPA/CT/UFPB desenvolverá pesquisas voltadas para a produção de alimentos com qualidade exigida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

Este núcleo também será responsável pelo desenvolvimento do layout para a unidade modelo, selecionando o local adequado para a implantação das máquinas e equipamentos, adequando o projeto elétrico e hidráulico para o recebimento da nova linha de produtos, e selecionando o melhor local para disposição de resíduos sólidos.

Os associados da unidade modelo deverão acompanhar permanentemente a implantação do processo produtivo, modelo desenvolvido pelo NUPPA/CT/UFPB e participar de treinamentos e cursos de capacitação para fabricação de doces, cocadas e balas.

O SEBRAE/PB será responsável pelo treinamento gerencial dos gestores da unidade modelo e também realizará cursos de capacitação de como gerir um pequeno negócio, associativismo e empreendedorismo. A referida instituição também apoiará a participação dos associados da Unidade em feiras, exposições e rodadas de negócios.

A aquisição de leite caprino (matéria-prima) será proveniente de Associações, Cooperativas e produtores rurais parceiros do referido projeto. Esta unidade, juntamente com o NUPPA/CT/UFPB, deverá identificar as organizações que se apresentem bem estruturadas, que realizem periodicamente o controle de zoonoses e de infestação bacteriológica, bem como adequadas condições de higiene. A formalização de convênio e contrato se dará com as organizações que atenderem as referidas exigências.

Durante o processo produtivo, serão observados e analisados os seguintes pontos:

- Aquisição e seleção da matéria-prima (leite caprino) de animais sadios;
- Análise de rotina do leite caprino (densidade e acidez);
- Elaboração dos novos produtos através de formulações já testadas utilizando leite caprino;

- Caracterização química (físico-química) para balanceamento nutricional;
- Controle de qualidade através de análise microbiológica;
- Definição da formulação ideal através de análise sensorial no processamento (teste de preferência e aceitabilidade);
- Acompanhamento da vida útil do produto a diferentes temperaturas durante 120 dias.

Estão previstos também nesta proposta, o desenvolvimento da programação visual (papelaria, folder, cartão de visita, embalagens, brindes, etc.) e o desenvolvimento da identidade corporativa da Unidade Modelo. Por fim, SICTCT terá como responsabilidade identificar parcerias com empresas do gênero alimentício e correlatas visando à formalização de negócios com a CAPRIDOCE. A SICTCT também disponibilizará corpo técnico na área de engenharia química, engenharia de produção, gestão empresarial e engenharia de alimentos para fortalecer a implantação e gestão da Unidade Modelo em tela (FINEP/2004).

3.1.9. RESULTADOS ESPERADOS PELO PROJETO FINEP/2004

1. Fortalecimento de novas pesquisas no campo alimentício;
2. Adequação de tecnologias existentes no desenvolvimento de produtos comestíveis;
3. Fortalecimento e intensificação do setor industrial e alimentício;
4. Ampliação do número de empresas alimentícias assistidas pelo NUPPA;
5. Aumento do número de estágios ofertados pelo NUPPA;
6. Ampliação da participação de cooperativas e associações do gênero alimentício em feiras e rodadas de negócios;
7. Preparação dos produtos a base de leite caprino para ser inserido com competitividade, em mercados globalizados;
8. Ampliação da geração de postos de trabalho e renda para o setor;
9. Pesquisas geradas com resultados implementados na Unidade Modelo;
10. Mão de obra qualificada na fabricação de doces, cocadas e balas;
11. Empreendimento fortalecido e atuando de forma empreendedora;
12. Melhoria da qualidade de vida dos associados da Unidade Modelo envolvida no projeto;

13. Criação de um “Selo de Responsabilidade Social” para a Unidade Modelo.

3.1.10. JUSTIFICATIVA RESUMIDA DO PROJETO FINEP/2004

A Caprinocultura é uma atividade de suma importância para a região semi-árida paraibana, principalmente, por ser uma fonte de renda para as famílias carentes e pelo aspecto nutricional que os produtos desta atividade (carne, leite e derivados) podem fornecer. O leite caprino é um alimento rico sob todos os aspectos nutricionais, além de não ser alérgico para as pessoas que o consomem, bem como seus derivados.

Embora a produção de leite de cabra na região semi-árida se situe em torno de 8.000 litros/dia, a quantidade de leite destinada a produção de derivados (queijo, iogurte, doces e balas) não chega a 2.000kg/dia. Por outro lado, os produtores não conseguem ter uma renda suficiente para seu próprio sustento.

Na realidade, se a atenção for focada nos pequenos produtores, os quais contam com poucos recursos para investir no seu sistema de produção, observar-se-á que se trata de uma produção com pouco valor agregado. Isto ocorre devido a falta de processamento entre os produtos, baixa qualidade; higienização precária antes, durante e após a ordenha; armazenamento; transporte e embalagens inadequados, e em muitos casos, o produtor não conta com nenhum mecanismo de comercialização.

Para reverter esse quadro, faz-se necessário que os pequenos produtores passem a trabalhar com espírito empreendedor. Isso implica em uma visão empresarial que só pode ser obtida com a capacitação relativa a toda cadeia produtiva da caprinocultura leiteira.

Apenas com um produto de boa qualidade, diferenciado, bem apresentado e com os canais adequados de comercialização é possível viabilizar tais atividades e alcançar a elevação do nível de emprego e renda.

Portanto, este setor necessita da implantação de unidades produtivas modelo que possam contribuir para a capacitação, treinamento, pesquisa e desenvolvimento de processos de fabricação de doces, cocadas e balas de leite de cabra, fomentando a inserção tecnológica para transformar suas vantagens comparativas (FINEP/2004).

3.1.11. JUSTIFICATIVA DETALHADA DO PROJETO FINEP/2004

O Nordeste brasileiro concentra 92% do rebanho caprino e praticamente a totalidade dos ovinos deslanados do país. O efetivo de caprinos e ovinos para corte e para leite no Nordeste apresenta-se distribuídos em dois grupos distintos, sendo um sistema Tradicional, de grande importância social, e o outro, um Sistema Tecnificado voltado para o aumento qualitativo e quantitativo do plantel. Este processo, mais moderno e produtivo, cada vez mais vem sendo trabalhado na formação de agronegócios para produção comercial de carne, leite e pele.

O Estado da Paraíba possui o quinto rebanho de caprinos e ovinos deslanados em comparação com o total nacional, cerca de 645,8 mil cabeças de caprinos e 395,1 mil cabeças de ovinos. E já tem potencialidade para se tornar um importante pólo, tendo uma capacidade instalada para processamento de subprodutos comestíveis e não comestíveis.

A Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba – EMEPA, UFPB e UFCG vê promovendo o melhoramento genético da caprinocultura no Estado a partir da introdução de reprodutores e matrizes caprinas de elevado potencial genético para a produção de carne e leite. Isto representa, a médio e longo prazo, uma melhoria a qualidade da matéria prima ofertada no mercado para consumo da indústria alimentícia.

Associada a estas ações, a cadeia produtiva da caprinovinocultura leiteira vem sendo incentivada pelo Governo do Estado, através da SICTCT, como o programa de implantação de mini usinas de pasteurização de leite de cabra e sua compra garantidas pelo Programa Compras Governamentais, onde as Prefeituras e o Estado repassam este leite para a merenda escolar.

Dentro desta visão estratégica, o projeto ora apresentado tem por finalidade a fabricação de produtos com alto valor energético, de baixo custo e que possa contribuir no enriquecimento alimentar de crianças e adolescentes atendidas pelos programas governamentais, como por exemplo, o Programa Fome Zero. A pesquisa necessária para o desenvolvimento da linha de produtos será realizada pelo Núcleo de Pesquisa e Processamento de Alimentos, NUPPA/UFPB. Ele também será responsável pelo acompanhamento da implantação da Unidade Modelo.

Este núcleo possui laboratórios credenciados para análise de alimentos, bem como equipe técnica capaz de prestar serviços técnicos e tecnológicos as empresas do setor. A proposta ora apresentada envolverá não somente pesquisadores da UFPB, mas

também dará oportunidade aos alunos dos cursos de Engenharia de Alimentos, Química Industrial, Nutrição e Engenharia de Produção do CT/UFPB, a realizarem seus estágios supervisionados.

A implantação deste projeto para o NUPPA/CT é de fundamental importância pois fortalecerá sua estrutura laboratorial, promovendo a modernização de seus equipamentos e de suas instalações. Dessa forma, o NUPPA/CT poderá atender um maior número de demandas por parte da indústria alimentícia regional, ao tempo que beneficiará alunos e professores em suas pesquisas e capacitará mão de obra qualificada para atuar no setor.

Mediante o exposto, o referido projeto fortalecerá o Arranjo Produtivo Local da Caprinocultura através da estruturação de mais uma empresa de alimentos para atender as demandas de mercado existente. A oferta de produtos a base de leite caprino apresenta-se com um diferencial competitivo, pois trabalhará com doces, cocadas e balas a base de ervas medicinais, sendo esta última uma inovação no mercado.

A inclusão social proposta neste projeto, criará uma alternativa viável, que será difundida através da capacitação tecnológica realizada nos assentamentos e comunidades carentes, visando o aumento da renda familiar mediante a fabricação de produtos alimentícios com maior valor agregado. A proposta em tela apresenta como diferencial para a inclusão social, a participação de mulheres (jovens e donas de casa) como indutoras no processo de geração e ocupação e renda, que por sua vez já tem no seu trabalho doméstico ou “savoir faire” do processo produtivo.

Pretende-se, portanto, que a FINEP, enquanto órgão de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico apóie a implantação do referido projeto e promova, através do mesmo, a melhoria da qualidade de vida do caririzeiro (homem do campo) no semi-árido paraibano.

3.1.12. PRAZO DE EXECUÇÃO: 24 MESES

3.1.13. OBJETIVO GERAL (OBJETO DA PROPOSTA)

Implantar no semi-árido paraibano uma unidade de processamento de doces e balas de baixo custo, a partir do leite caprino.

3.1.14. OBJETIVOS ESPECÍFICOS (METAS FÍSICAS)

1. Selecionar e adequar tecnologias para fabricação de doces e balas;
2. Selecionar associação ou cooperativa que apresente um maior grau de organização e estruturação e de potencial leiteiro;
3. Elaborar projetos arquitetônicos, complementares memorial descritivo, layout de produção de fluxograma do processo produtivo da unidade modelo;
4. Elaborar a programação visual e identidade corporativa da unidade;
5. Construir o galpão a ser utilizado pela unidade;
6. Adquirir máquinas e equipamentos para linha de produção e implantar a unidade modelo;
7. Realizar capacitação tecnológica para os associados e cooperados na fabricação de doces e balas;
8. Capacitar gestores para administrar a unidade produtiva modelo;
9. Desenvolver formulação para a fabricação de doces e balas;
10. Efetuar análise de rotina da matéria-prima (densidade e acidez);
11. Fabricar doces, cocadas e balas a partir de frutas e/ou ervas medicinal;
12. Efetuar análises físico-químicas e microbiológicas do produto final;
13. Formalizar parcerias visando promover o escoamento dos doces e balas em feiras e eventos regionais.

3.1.15. IMPACTOS PREVISTOS PELO PROJETO

Impacto Ambiental

- Geração de produtos dentro dos padrões determinados pela ANVISA;
- Desenvolvimento e uso de tecnologias limpas;
- Redução dos impactos ambientais gerados pela indústria de alimentos;
- Formação da consciência ambiental por parte dos agentes envolvidos no projeto.

Impacto Científico

- Geração de novas pesquisas científicas e tecnológicas na área de alimentos;
- Desenvolvimento de novas formulações para doces, cocadas e balas;

- Pesquisa tecnológica ampliada para desenvolvimento de alimentos a base de leite de cabra;
- Pesquisa gerada visando identificação dos valores energéticos dos doces, cocadas e balas a base de leite de cabra, a partir do uso de ervas medicinais.

Impacto Econômico

- Produtos do gênero alimentício com alto valor agregado, disponibilizados nos mercados regionais e nacionais;
- Unidade modelo funcionando e auto-sustentável;
- Unidade produtiva com qualidade reconhecida;
- Novos produtos gerados e comercializados;
- Novos mercados atingidos,

Impacto Social

- Geração de ocupação e renda;
- Mão de obra especializada na produção de gêneros alimentícios;
- Oportunidade de surgimento de novas formas associativas e de microempresas;
- Resgate da cidadania através da inclusão social.

Impacto Tecnológico

- Desenvolvimento de novas pesquisas para o setor de alimentos;
- Adequação de tecnologias de alimentos;
- Registro das técnicas utilizadas no processo produtivo da unidade modelo;
- Adequação de produtos em função das demandas de mercado;
- Difusão e repasse de tecnologias adequadas e desenvolvidas para o setor industrial de alimentos.

3.1.16. RESUMO DO ORÇAMENTO

TABELA 1 – ORÇAMENTO DO PROJETO FINEP/2004

Valores em Reais (R\$)

Valor Total Solicitados ao FINEP/MDS			249.513,00
QUADRO DE FONTES	RECURSOS FINANCEIROS	RECURSOS NÃO FINANCEIROS	TOTAL
FINEP/Ação Transversal Modernização Instituto	249.513,00		249.513,00
PROPONENTE FUNAPE	0,00	12.000,00	12.000,00
EXECUTOR: UFPB	0,00	339.420,00	339.420,00
CO-EXECUROR (ES):			
SICTCT	0,00	23.000,64	23.000,64
INTERVENIENTE (S):			
SEBRAE	0,00	13.600,00	13.000,00
TOTAL DE CONTRAPARTIDA	0,00	388.020,00	388.020,00
TOTAL GERAL	249.513,00	388.020,64	637.533,64

A partir do quadro acima, destaca-se o valor do investimento que cada participante da proposta responde financeiramente. Seguem no projeto completo em anexo, os planos de aplicação com as respectivas metas financeiras e os cronogramas físicos dos referidos recursos.

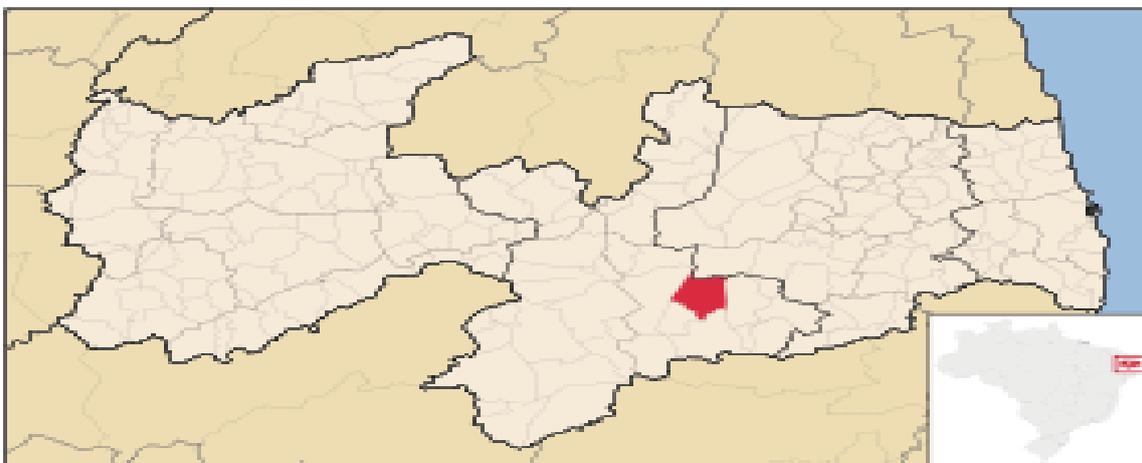
Dentre os quais, vale ressaltar algumas considerações importantes a cerca do Projeto FINEP/2004:

- Os recursos demandados na Proposta de financiamento foram repassados integralmente à coordenação do Projeto que ficou a cargo da UFPB, órgão executor deste empreendimento, sendo de sua inteira responsabilidade todas as etapas de execução, inclusive os pagamentos referentes a construção da estrutura física da Unidade Modelo, a compra de máquinas e equipamentos, diárias e outras despesas conforme Plano de Aplicação contido no Projeto FINEP (segue completo em anexo). Vale salientar que não cabe à COPEAGRO nenhuma obrigação financeira ou responsabilidade no que se refere aos compromissos assumidos pela coordenação do Projeto.

- O Projeto FINEP/2004 sofreu alterações na fase inicial da construção. A partir de uma nova perspectiva de mercado observada pelos parceiros do Projeto, na pretensão de comercializar em todo o território nacional, exigindo sua adequação ao Serviço de Inspeção Federal - SIF, que através de regulamentações exige especificidades no projeto arquitetônico da obra, demandando assim um aporte maior de recursos, além de outras exigências referentes a todo o processo de produção a partir das práticas de manejo implementadas nos rebanhos fornecedores do leite caprino.
- Em detrimento deste fato, buscou-se com êxito um Convênio com a Fundação Banco do Brasil e a Copeagro (que nesse momento já estava legalizada) no valor de **R\$ 73.735,00** para fazer frente à compra dos equipamentos, gerando uma economia em torno de **R\$ 40.000,00** no orçamento do Projeto FINEP/2004, valor antes destinado a compra de equipamentos e, agora, alocado para fazer frente às mudanças na construção exigidas pelo SIF (seguem em anexo cópia do convênio).
- Além deste fato, a Coordenação do Projeto juntamente com a Diretoria da Copeagro, buscou informalmente, com êxito, uma ajuda financeira por parte da Prefeitura Municipal de Cabaceiras. Essa contribuição se deu em forma de serviços no antigo prédio pertencente à Copeagro antecedendo o início da construção conforme previsto no Projeto FINEP/2004 inicial. Esta ajuda foi presumida em R\$ 20.000,00.

3.1.17. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

A fábrica de doces e balas funcionará na cidade de Cabaceiras que está localizada no semi-árido paraibano, mais precisamente no cariri ocidental, a 180 km da capital João Pessoa e 50 km de Campina Grande. Faz limite ao Norte com Campina Grande, ao sul com Barra de São Miguel e São Domingos do Cariri, ao Leste com Boqueirão e a Oeste com São João do Cariri. Sua área é de 400.222 km², sua população totaliza 4.907 habitantes, segundo IBGE 2007 e sua densidade demográfica são de 10,6 hab/km².

FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO DA CIDADE

Fonte: Wikipédia

Possui clima semi-árido com chuvas irregulares e pouca intensidade, temperatura média de 30°. Caatinga arbustiva, típica das regiões mais áridas do nordeste, com cactos, arbustos e árvores típicos como xiquexique, coroa-de-frade, juazeiro, umbuzeiro e jurema, etc.

É importante ressaltar que esta região caracteriza o ambiente ideal para caprino ovinocultura, tanto pela vegetação, quanto pelo clima. Segundo o censo pecuário de 2007 o rebanho caprino totaliza 14.400 animais, o de ovinos é de 6.500 animais. Na cidade acontece uma das maiores festas típicas que tem por finalidade a valorização da caprino ovinocultura que é a Festa do Bode Rei, onde acontecem exposições, julgamentos e feira de animais e artesanato, além de seminários, workshops e treinamentos para a disseminação de novas tecnologias de toda a cadeia produtiva da caprino ovinocultura.

3.1.18. DADOS DA COOPERATIVA

A COPEAGRO foi criada para administrar a fábrica de doces, cocadas e balas a partir do leite caprino. Composta por 32 cooperados, foi constituída na Assembléia de Constituição no dia 19 de Agosto de 2006 e surgiu a partir da necessidade observada pelos caprinovinocultores da cidade de Cabaceiras e região, de aumentar a rentabilidade desta atividade através da inserção de novas tecnologias, práticas de manejo e buscando desenvolver o empreendedorismo e a inclusão social naquela região. Esta cooperativa

nasceu diante da necessidade de um instrumento administrativo e jurídico para operacionalizar o Projeto de criação deste empreendimento (a fábrica de doces).

3.1.19. FONTE DE RECURSOS

Este projeto terá como financiador o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico – FINEP/MDS, onde os recursos serão alocados para construção do galpão da unidade fabril, compra de máquinas e equipamentos para linha de produção, material de consumo, de expediente e de escritório, além das passagens e despesas com locomoção pelos executores do projeto.

3.1.19.1. RESPONSABILIDADE SOCIAL

O projeto em questão se propõe e desenvolver uma gestão ética e transparente com todas as partes interessadas, de modo a minimizar seus impactos negativos no meio ambiente e na comunidade, através da inserção e disseminação de novas práticas de manejo na criação de caprinos leiteiros que preservem os recursos naturais, promovam a geração de emprego e renda como forma de inclusão social e a criação de um “Selo de Responsabilidade Social”, sendo mais um atributo de diferenciação competitiva.

3.1.20. INTERPRETAÇÃO DE RESULTADOS DA PESQUISA

O diagnóstico final identificado pela análise do projeto em questão, revela três fatos primordiais que contribuíram para o não cumprimento do cronograma pré estabelecido, conseqüentemente a não conclusão da obra até o presente momento, frustrando as expectativas dos cooperados e da comunidade, para a qual, os reflexos positivos desse projeto trariam muitos benefícios, como emprego, renda e qualidade de vida. Portanto, foi possível verificar:

1.O atraso na conclusão da estrutura física se deu em primeiro lugar, pela falta de cumprimento por parte da Prefeitura Municipal de Cabaceiras – PB, em relação ao prazo de entrega do prédio doado pela mesma a Copeagro. Um acordo informal celebrado entre as partes envolvidas no projeto definiu como responsabilidade da Prefeitura serviços preliminares

de construção para adequação ao Projeto inicial da fábrica. Vale salientar que o enquadramento às normas exigidas pelo Serviço de Inspeção Federal – SIF foi o fato gerador para esta adequação. Esses serviços foram estipulados no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). O referido prédio foi doado pela Prefeitura Municipal de Cabaceiras à COPEAGRO. Esta adequação foi indispensável ao início da obra. O não cumprimento do acordo no prazo definido pela coordenação do Projeto, por parte da Prefeitura Municipal de Cabaceiras, fez com que a construtora vencedora da licitação ficasse impedida de realizar a parte que lhe cabia, uma vez que os prazos vigentes da licitação foram também estapolados.

2.Tendo em vista a impossibilidade da primeira construtora não poder realizar a obra, o órgão responsável pela licitação convocou a segunda colocada no processo licitatório, porém no mesmo período a Prefeitura Municipal de Cabaceiras – PB decretou estado de calamidade pública devido as fortes chuvas ocorridas no município e região, o que impediu o andamento das obras por um período de seis meses.

3.Após o período de chuvas a segunda construtora assumiu a obra, dando continuidade aos serviços preliminares efetuados pela Prefeitura Municipal de Cabaceiras. Tendo realizado 75% da obra a construtora em questão abandonou a mesma sem concluí-la, gerando um imenso transtorno para o órgão executor - a UFPB – que a partir disso, realizou uma auditoria para mensurar a quantidade de serviços necessários para conclusão. Todo este processo fez com que a obra fosse paralisada até o presente momento, pelo não cumprimento dos prazos estabelecidos no cronograma do Projeto FINEP/2004.

CAPÍTULO 4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Nordeste brasileiro carece de políticas e programas que verdadeiramente promovam o desenvolvimento sustentável das populações rurais, em especial as de baixo poder aquisitivo.

A caprinovinocultura, especialmente a caprinocultura leiteira baseada no desenvolvimento de modelos alternativos estimulará a geração de emprego e renda, a criação e o fortalecimento de agroindústrias rurais ligadas a programas de créditos. Esses fatores apoiados por ações governamentais, conjuntamente com entidades de classe, cooperativas e associações contribuirão para o desenvolvimento econômico e social do Nordeste.

Ainda nesse contexto de desenvolvimento e progresso econômico e social ligados a caprinocultura, aparecem as cooperativas que segundo Furquim (2001, p. 92) “...devem ser estimuladas porque, além da previsão legal, também proporcionam benefícios sociais não só aos cooperados, mas também à sociedade em geral. Daí, a necessidade de apoio e estímulo por parte dos Poderes Públicos”. Complementando esta idéia, Ricciardi & Jenkins (2000, p. 53) afirma que “o cooperativismo é o braço econômico da organização social”.

Neste sentido, um grupo de professores juntamente com alguns produtores de leite da região de Cabaceiras – PB, que buscavam um canal para o escoamento e o aproveitamento da produção que melhor remunerasse seu produto, resolveram criar o Projeto que originou o presente estudo.

Baseado no levantamento documental do Projeto FINEP/2004 e na sondagem informal com a equipe, o Coordenador do Projeto e os cooperados verificaram os entraves ocorridos na criação e implantação do referido Projeto, os quais vão desde o não cumprimento do prazo por parte da Prefeitura Municipal de Cabaceiras – PB, na conclusão dos serviços preliminares ocasionando atrasos no cronograma, até o abandono da obra por parte da Construtora que obteve a segunda colocação no processo licitatório impossibilitando sua conclusão até o momento presente.

Com base nas observações citadas anteriormente, constata-se a importância do cumprimento das responsabilidades cabíveis a cada parte envolvida, seguindo os prazos pré-determinados em cada etapa do cronograma, fato este, fundamental em qualquer empreendimento. Portanto, os objetivos deste estudo foram alcançados.

Esta análise é relevante para que haja um maior entendimento a respeito das dificuldades enfrentadas em qualquer negócio, desde o surgimento da idéia inovadora até sua concretização e sucesso.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Tânia Bacelar. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. In: **Estudos Avançados**, vol. 11, 1997.

BELLAVER, C. **Pesquisa, desenvolvimento, inovação para o empreendedorismo no agronegócio**. s/l: s/e, 2001.

BRASIL. Leis, Decretos, etc. Lei nº 5.764, de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e da outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 mai 2009.

BRITTO, Francisco; WEVER, Luiz. **Empreendedores brasileiros: vivendo e aprendendo com grandes nomes**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

DELGADO, N. G. et al. **Estratégias Agro-industriais e grupos sociais rurais: o caso do Mercosul**. Rio de Janeiro: Forense Universitária/ UFRJ, 1996.

DOLABELA, Fernando. **Oficina do empreendedor**. São Paulo: Ed. De Cultura, 1999.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando idéias em negócios**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

FURQUIM, Maria Célia de Araújo. **A cooperativa como alternativa de trabalho**. São Paulo: LTr, 2001.

GARCIA, Carlos. **O que é Nordeste Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LEITE, Emanuel. **O fenômeno do empreendedorismo**. Recife: Bagaço, 2002.

MADRUGA, M. S.; REZER, J. S.; MELO, H. M. G. ; PEDROSA, N. A. Caracterização química e micro-biológica de vísceras caprinas destinadas ao preparo de “buchada” e picado. **Revista Nacional da Carne**, v.27, n.316, 2003.

MANUAL do Conselho de Administração. Brasília: SESCOOP, 2008.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MOTTA, C. L. C. **Cooperativas e suas perspectivas no mundo atual**. Rio de Janeiro: s/e, 2005.

PIRES, Maria Luiza.. A trama de relações entre projeto e prática em cooperativas do nordeste do Brasil e do Leste (Quebec) Canadá. In: **O cooperativismo agrícola em questão**. Recife: UFPE, 1999.

RICCIARDI, Luiz; LEMOS, Roberto Jenkins. **Cooperativa, a empresa do século XXI**: como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos. São Paulo: LTr, 2000.

RIOS, Gilvando. **O que é cooperativismo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RODRIGUES, R. **Ciência, Tecnologia e Agronegócio**. Brasília: (Informação Verbal), 2005.

ROSANOVA, C. **Fatores favoráveis e limitantes ao desenvolvimento da cadeia produtiva da ovinocaprinocultura de corte no Brasil**. Monografia (Graduação), Universidade Federal de Lavras, 2004.

SCHNEIDER, João Elmo. O cooperativismo agrícola na dinâmica social no desenvolvimento periférico dependente: O caso brasileiro. In: **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. LOUREIRO, M. R. (org.). São Paulo: Cortez, 1981.

SILVA, Emanuel Sampaio. **O Agronegócio Cooperativo e o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE**: análise das cooperativas financiadas ligadas ao setor pecuário em Pernambuco entre 1990 e 1998. Recife: UFRPE, 2000.

SOBRAL, Filipe; PECCI, Alketa. **Administração**: teoria e prática no contexto brasileiro. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.

ZURITA, B. R.; CAMPOS, G. S.; MELCHOR, P. **Série Saiba Mais – SEBRAE**. Disponível em: < www.sebrae.com.br>. Acesso em: 10 mai 2009.

ANEXOS

ANEXO 1

ANEXO 2